



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000082-95.2014.8.17.0000(0324449-5)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. CRIMES DE AMEAÇA E DE FURTO PRATICADOS CONTRA IDOSA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU DE SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DA MULHER. INAPLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/2006) . COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. **DECISÃO:** UNANIMEMENTE DEU-SE PROVIMENTO AO CONFLITO SUSCITADO, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL-PE.

- A conduta da suspeita não se enquadra ao conceito de Violência doméstica ou familiar contra a mulher, conforme dispõe a Lei nº 11.340/2006.
- Portanto, não há qualquer dado fático que possa indicar cuidar-se de comportamento criminoso no qual houve violência de gênero. No caso, os crimes praticados pela suspeita contra a vítima, a hipossuficiência decorre de a vítima ser uma idosa de 89 anos e não em face da vulnerabilidade de gênero numa relação infrafamiliar.
- Não cabe também ao Juizado Especial Criminal do Idoso processar e julgar o feito, tendo em vista que o crime de furto tem como pena máxima 04(quatro) anos de reclusão, ou seja, maior que o limite previsto pelo art. 61 da Lei nº 9.099/95.
- Conflito de jurisdição conhecido. Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital declarado competente. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Jurisdição nº 324449-5 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos em conhecer do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE, nos termos do voto do Relator.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator



48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000082-95.2014.8.17.0000(0324449-5)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Como relatado, trata-se de conflito negativo de jurisdição cujo suscitante foi o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL**, declinando sua competência para o **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**, que determinou anteriormente a devolução do processo para aquela vara.

O conflito surgiu por entender o Juiz Suscitado (fl. 10) que era incompetente, em razão da matéria, para processar o presente feito. Determinou, assim, a redistribuição destes autos para uma das **VARAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DESTA CAPITAL**.


Remetidos os autos à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, a Juíza Suscitante (fl. 32) alegou que o fato imputado, em tese, foi cometido sem motivação de gênero e que não tem natureza de menor potencial ofensivo. Desta forma, o processo deve ser julgado pela **3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL-PE**.

O Juízo Suscitado (fls. 83 e 84) afirmou que era incompetente para processar e julgar o feito, uma vez que a suposta infração penal praticada envolve vítima mulher no âmbito familiar e/ou doméstico, devendo assim o processo ser encaminhado à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da Comarca da Capital.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 40 a 42, ofertou parecer concluindo pela competência da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE, ora suscitado.

É O RELATÓRIO.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



50

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000082-95.2014.8.17.0000(0324449-5)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA COMARCA DA CAPITAL

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de conflito negativo de jurisdição cujo suscitante o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DO RECIFE-PE** declinou sua competência para a **3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL-PE**, para processar e julgar a ação penal de nº 0087238-55.2013.8.17.0001, o qual já havia se considerado incompetente para julgar o feito.

O conflito surgiu por entender o Juiz Suscitado (fl. 10) que era incompetente, em razão da matéria, para processar o presente feito. Determinou, assim, a redistribuição destes autos para uma das **VARAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DESTA CAPITAL**.

Remetidos os autos à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, a Juíza Suscitante (fl. 32) alegou que o fato imputado, em tese, foi cometido sem motivação de gênero e que não tem natureza de menor potencial ofensivo. Desta forma, o processo deve ser julgado pela **3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL-PE**.

De logo, verifica-se que assiste razão ao Juízo suscitante.



51

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Compulsando os autos, verifica-se que a filha praticou, em tese, os crimes de ameaça e furto contra a sua genitora 81 anos, não configurando qualquer motivação de **gênero ou situação de vulnerabilidade** que caracterize situação de relação íntima que possa causar violência doméstica ou familiar contra a mulher.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE JURISDIÇÃO. OMISSÃO DE SOCORRO (ART. 135 DO CP) E MAUS-TRATOS(ART 136 DO CP) CRIMES PRATICADOS CONTRA IDOSA. CONCURSO MATERIAL. PENAS SOMADAS NÃO SUPERIORES A DOIS ANOS. DECLARAÇÃO DE COMPETENCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO IDOSO. DECISÃO UNÂNIME.

I- Tratando-se de supostos delitos cometidos por pessoa cuidadora de idosa, sem aparente motivação de gênero, em razão da condição feminina da vítima e, tendo em vista, que as penas somadas em concurso material não ultrapassam 2 anos, revela-se, competente, no caso dos autos, o Juizado Especial Criminal do Idoso.

II- Conflito de jurisdição julgado procedente. Decisão Unânime. (TJPE- Conflito de Jurisdição- 0004530-82.2012.8.17.0000. Relator: Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, data do julgamento 22/05/2012, 4ª Câmara Criminal)

Desta forma, vê-se que a diretriz teleológica da Lei nº 11.340/2006 não possui incidência na ocasião que se apresenta no processo, pois inexistente o contexto de violência doméstica ou familiar, nos moldes preconizados pela lei.

Assim, pode-se afirmar que não cabe a 1ª Vara de violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher desta Capital processar e julgar o processo.

A princípio, tendo em vista a idade avançada da vítima, caberia ao Juizado do Idoso processar e julgar o feito. Todavia, o Boletim de Ocorrência de fls. 04/06, apura os crimes de ameaça e de furto, cuja pena máxima é de 04(quatro) anos de



52

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

detenção, superando, assim, o limite previsto no art. 61 da Lei nº 9.099/95, que assim dispõe:

Art. 61. "Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02(dois) anos, cumulada ou não com multa."

Portanto, para efeito de fixação da competência do Juizado Especial Criminal deve-se ter em mente a pena máxima abstratamente cominada à infração, desconsiderando-se, em tal interpretação, eventuais causas de diminuição da reprimenda.

Desta forma, entendo que também não cabe ao Juizado Criminal do idoso processar e julgar a feito, e sim, ao Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Capital para onde o feito foi inicialmente distribuído.

Diante do exposto, conheço do conflito, para declarar a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Capital-PE para processar e julgar o processo, a qual determino a remessa dos autos.

É COMO VOTO

Recife, 40 de junho de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator/Presidente